



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

Maurício Espósito

O processo de desindustrialização no Brasil nas últimas décadas

Campinas

2011



Maurício Espósito

O processo de desindustrialização no Brasil nas últimas décadas

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Graduação do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, sob orientação do Prof. Dr. Plínio Soares de Arruda Sampaio Jr.

Campinas

2011

Campinas

2011

ESPOSITO, Maurício. **O processo de desindustrialização no Brasil nas últimas décadas.** 2011. 47p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

Às pessoas que mais amo nesse mundo, Sérgio
Espósito, Rosa Maria Novaes, Mônica Espósito,
Yolanda Marchiarelli e Amélia Novaes.

AGRADECIMENTOS

Esse presente trabalho faz parte da conclusão de minha graduação no Instituto de Economia da Unicamp. Esse momento é de grande importância em minha vida por se tratar do encerramento de um ciclo iniciado em 2006, quando então me preparei para ingressar nessa prestigiosa universidade que, infelizmente, só abre as portas para o povo brasileiro em um único dia do ano. Eu, que fui um dos privilegiados em conseguir entrar nesse lugar tão restrito, espero um dia conseguir dar algum retorno à sociedade com o conhecimento que aqui adquiri, e que continuando adquirindo.

Conhecimento esse, que só possível pela excelente estrutura que a Unicamp dispõe e os ótimos professores que aqui lecionam. No entanto, nada foi mais fundamental, do que as inúmeras conversas com os colegas e participações em atividades extracurriculares que permitiram a minha melhor formação, não só como economista, mas acima de tudo, como pessoa.

Dentre essas pessoas, não poderia deixar de citar o meu orientador, Plínio Soares de Arruda Sampaio Jr., não apenas pela orientação, que foi crucial para o desenvolvimento de minha monografia, mas pelo conhecimento que me transmitiu, seja em suas aulas, palestras ou em qualquer outro momento que pude compartilhar de suas idéias, e que com certeza mudaram meu modo de pensar o mundo.

Agradeço também aos funcionários da Unicamp, que apesar de não terem o seu devido reconhecimento, são a base dessa universidade.

Aos meus amigos do Instituto, tanto pelas discussões quanto pelos diversos momentos de alegria. Também agradeço aos meus amigos da República Área 51, que como poucos, fizeram parte não só da minha graduação, mas da minha vida.

À minha família, que são as pessoas que mais amo e que são fundamentais para a minha vida. Em especial a minha irmã, por seu carinho, proteção e por todas as suas qualidades, que me influenciaram muito e contribuiu para ser quem sou hoje. Meu pai, por seu amor, sua inteligência e todas as palavras amigas que sempre me deu. E minha querida mãe, por tudo que fez por mim e por ser a pessoa mais admirável de todos que a conhecem.

Por fim, não poderia deixar de agradecer a minha namorada Amanda Vicentino, que faz parte da minha vida há tanto tempo e participou de toda esse ciclo, desde o momento que me preparei para aqui estar, até esse ano, dando sempre o suporte necessário que foi peça fundamental para o meu sucesso.

“Em nenhum momento de nossa história foi tão grande a distância entre o que somos e o que esperávamos ser”.

CELSO FURTADO

RESUMO:

A inserção brasileira na era capitalista globalizada, no qual o capital transnacionalizado dita a dinâmica do sistema, se deu de maneira bastante adversa, tendo como consequência a desarticulação da sua estrutura produtiva e uma re-especialização em produtos de origem primária, caracterizando o início da desindustrialização no país. Essa inflexão se iniciou com a crise da dívida externa nos anos 1980 e é completada nos anos 1990 com a penetração do ideário neoliberal no país, que norteia a política econômica brasileira até os dias atuais. Nos últimos anos, esse processo de desindustrialização apenas tem se intensificado, sendo revelados pela perda dos centros internos de decisão - seja pelo deslocamento da dinâmica econômica para fora do espaço nacional, como pela perda de controle do Estado – e pela quebra da relação orgânica do conjunto de suas indústrias.

Palavras-chave: Transnacionalização; desindustrialização; centros internos de decisão; relação orgânica industrial.

ABSTRACT:

The Brazilian insertion on Globalized Capitalist era, which the transnationalized capital dictates the system dynamic, happened adversely, having the disarticulation of the productive structure and a re-specialization on primary resources as consequences, initiating a deindustrialization process in the country. This inflexin started in the 80's external debt crises and was completed in the 90's with the neoliberal's ideal penetration, responsible for guiding the Brazilian economy policy currently. In the last few years, the processes of deindustrialization has being intensified, which can be revealed by the loss of the Internal Decision Centers – both the displacement of the economic dynamic to abroad and the State incapacity of economic control – and by the Industrial set organic relation breakdown.

Key – words: Transnationalized capital; Deindustrialization; Internal Decision Centers; Industrial organic relation.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Participação da Indústria de Transformação (VTI) no PIB.....	28
Tabela 2 – Crescimento do PIB	29

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação da Indústria de Transformação no PIB.....	25
Gráfico 2 – Brasil (variação anual do PIB em % ao ano) – 1930-2007	26
Gráfico 3 – Contribuição da indústria para o crescimento do PIB.	27
Gráfico 4 - Evolução da estrutura industrial (VTI) por intensidade tecnológica	31
Gráfico 5 - Adensamento das cadeias produtivas (VTI/VBPI)	33
Gráfico 6 - Adensamento das cadeias produtivas por intensidade tecnológica (VTI/VBPI) ..	34
Gráfico 7 - Evolução da estrutura industrial por densidade tecnológica (1996-2006).....	35
Gráfico 8 - Balança Comercial do Brasil (US\$ milhões FOB)	36
Gráfico 9 - Produtos da Indústria de Transformação por Intensidade Tecnológica Balança Comercial (US\$ milhões FOB)	37
Gráfico 10 - Produtos da Indústria de Transformação por Intensidade Tecnológica e Demais Produtos Importados (Participação no Total, %).	38
Gráfico 11 - Produtos da Indústria de Transformação por Intensidade Tecnológica e Demais Produtos Exportados (Participação no Total, %).	39
Gráfico 12 - Coeficiente de Importação da Indústria Geral	40
Gráfico 13 - Coeficiente de Importação por Categorias de Uso.....	41

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. - INDUSTRIALIZAÇÃO.....	5
1.1 - O papel central da grande indústria no capitalismo.....	5
1.2 – Sistema Econômico Nacional	9
1.3 – A industrialização nos países subdesenvolvidos.....	12
1.3.1 Desenvolvimento histórico	13
1.3.2 Tipo ideal de industrialização	15
1.4 – Conclusão.....	17
CAPÍTULO 2. - DESINDUSTRIALIZAÇÃO.....	19
2.1 - Contexto histórico.....	19
2.2 – Participação industrial.....	24
2.3 – Ruptura dos nexos fundamentais da cadeia produtiva	29
2.3.1 – Distribuição Setorial	30
2.3.2 – Adensamento das cadeias produtivas.	32
2.2.3 – Balança Comercial.....	35
2.4 – Conclusão.....	41
3. – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
4. – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44

INTRODUÇÃO

O colapso do sistema de Bretton Woods e do estado de bem-estar social, bem como a difusão do neoliberalismo como doutrina dominante, fez ressurgir a instabilidade econômica e financeira no mundo, paralelamente ao rompimento das altas taxas de crescimento econômico característico do período anterior. É diante desse quadro que o capital transnacionalizado aparece como modo predominante no processo de valorização do capital.

A reestruturação produtiva decorrente desse novo contexto histórico fez com que o processo de produção passasse a ocorrer sob a forma de uma rede internacional integrada. Com essa nova configuração mundial os países subdesenvolvidos passaram a ter participação crescente na produção e no comércio externo de bens manufaturados. No entanto, como esse processo é decorrente da busca por uma maior valorização do capital por parte das empresas transnacionais, as indústrias ali instaladas apresentam pouco vínculo com o espaço nacional. Além disso, a parcela destinada a esses países se refere às etapas que necessitam de menor conteúdo tecnológico, circunscrevendo aos países centrais as fases superiores do processo. Ademais, esse aumento de relevância dos países subdesenvolvidos no setor industrial se deu de maneira extremamente assimétrica, cabendo basicamente aos países do leste asiático a maior parcela desse crescimento.

O Brasil, igualmente aos países da América Latina, inseriu-se de modo bastante adverso nesse cenário, rompendo a dinâmica industrial, característica da fase desenvolvimentista do Brasil. A inflexão brasileira ocorreu com a crise da dívida nos anos 1980 e foi reforçada com a implementação das políticas neoliberais a partir dos anos 1990. Como consequência dessa nova conjuntura, o Brasil passou por anos de recessão e alta instabilidade econômica, entre outras nuances decorrentes desse movimento. Um dos impactos mais nítidos foi na estrutura produtiva, observando-se forte queda da participação industrial, tanto no valor adicionado do PIB (Produto Interno Bruto) quanto da participação da pauta externa brasileira. No que tange à estrutura interna do setor industrial também se percebe uma significativa deterioração, explicitado por uma intensificação em produtos ligados às vantagens comparativas de recursos naturais.

Perante a esse contexto, um intenso debate travou-se acerca dessa nova configuração da estrutura produtiva brasileira, surgindo a hipótese de que o país passa por um processo de “desindustrialização” precoce.

Esse termo é assim qualificado, como precoce, para diferenciar do conceito consagrado na literatura econômica¹, no qual a “desindustrialização” revela uma redução persistente do emprego industrial em relação ao emprego total, diante de um processo “natural” de desenvolvimento, em que a indústria num primeiro momento ganha importância a mercê do setor agropecuário, para depois perder sua participação relativa, agora em favor dos serviços. Essa perda de relevância do setor industrial se dá, segundo essa teoria, a partir de alcançado um determinado nível de renda per capita, isso porque a elasticidade renda da demanda de serviços tende a crescer com o crescimento econômico, tornando-se maior do que a elasticidade-renda da demanda por manufaturados.

No entanto, essa queda relativa do setor industrial em alguns países foi claramente maior daquilo que seria esperado pelo desenvolvimento “natural”, apresentando, na maioria dos casos, uma renda per capita muito abaixo do verificável nos países desenvolvidos, explicando a nomenclatura especial utilizada para designar esse processo no caso desses países. Palma (2005) diz que esse modelo de desindustrialização decorre da chamada “doença holandesa”, proveniente do “efeito de produto primário”, associada à descoberta de algum recurso natural ou em certos casos à expansão dos serviços - na área de finanças e turismo.

Palma ainda diferencia o caso de alguns países latino-americanos, entre eles o Brasil, como uma “nova doença holandesa”, uma vez que esses países não apresentaram nenhum indício do conceito original. Nesses países, a “desindustrialização” ocorreu, segundo o autor, pela drástica mudança na sua política econômica com a implementação do neoliberalismo na década de 90. Palma aponta que essa é uma desindustrialização negativa, porque, diferentemente dos países europeus, não se teve uma transformação crucial nas relações industriais, bem-estar social, etc., apresentando uma obstrução do processo de industrialização antes que a mesma se tornasse madura.

¹ Para um estudo mais aprofundado, ver Palma (2005).

Muitos autores seguem a linha de Palma, entretanto, isso está longe de ser um consenso, existindo diversas vertentes sobre esse tema. Nassif (2006), por exemplo, aponta que não se pode considerar que o país esteja passando por uma “desindustrialização”, dado que, na sua visão, “não se verificou uma realocação generalizada de recursos produtivos para os setores tecnologicamente baseados em recursos naturais, nem um retorno vigoroso a um padrão de especialização exportadora em produtos intensivos em recursos naturais ou em trabalho” (NASSIF, 2006, p.6). Para ele, a perda da participação relativa da indústria no PIB brasileiro “(...) parece ter decorrido de um forte decréscimo da produtividade industrial nos anos 1980, em um quadro de estagnação econômica e conjuntura de alta inflação” (NASSIF, 2006 p.21).

Seguindo outra linha de raciocínio, mas que também diverge da hipótese de desindustrialização, Bonelli (2010), considera que o país, em termos relativos, não apresentou uma desindustrialização, explicando o processo como uma adequação da sua estrutura produtiva, uma vez que o país passou por uma “sobreindustrialização” no período anterior devido à política de substituições de importações.

Essa ampla divergência de opiniões decorre das diferentes posições teóricas e políticas existentes “por trás” dessas conclusões. É por esse motivo que o presente trabalho se iniciará com uma conceituação de industrialização, para que o desenvolvimento do restante da pesquisa possa ter algum aparato teórico e não haja inconsistências nas conclusões chegadas.

Portanto, a constatação acerca do tema proposto, vale dizer, se o país está ou não passando por um processo de desindustrialização, se baseará em cima da conceituação realizada no primeiro capítulo, que irá diferenciá-la das conclusões expostas acima, seja pela conclusão em si e/ou pelo meio como se chegou nela.

Assim, o trabalho se dividirá em duas partes, a primeira referente à conceituação de industrialização, que se ancorará nas teorias de autores clássicos, como Marx, List, e da escola estruturalista da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe). O segundo capítulo mostrará a evolução dos dados empíricos e de alguns índices que ajudarão na melhor compreensão da estrutura produtiva brasileira. Porém antes disso, o início do capítulo 2 fará uma

contextualização histórica, mostrando como esse processo se desenvolveu, mostrando tanto os fatores externos como internos para a explicação do mesmo.

Por fim, em um tópico a parte, terão as conclusões dessa pesquisa, buscando amarrar os demais capítulos e avaliar se a partir do que foi verificado pode se considerar que o país passa por uma desindustrialização tentando mostrar os impactos desse processo para a sociedade brasileira.

CAPÍTULO 1. - INDUSTRIALIZAÇÃO

Esse capítulo, como adiantado na introdução, tem por finalidade a conceituação de industrialização para que as conclusões chegadas ao fim da pesquisa possam ter algum respaldo teórico.

Dessa maneira, a discussão será dividida em quatro partes. O item 1.1 terá uma breve exposição da visão de Marx acerca da plena constituição do capitalismo, mostrando o papel central que a indústria teve para que o sistema capitalista se constituísse plenamente. Contudo, essa formulação de Marx é sob uma órbita abstrata, tendo a sua análise pautada nas relações gerais do capitalismo, não dando ênfase para uma determinada nação ou mesmo para as relações existentes entre elas e do sistema econômico mundial criado com o desenvolvimento do mundo capitalista.

Para uma análise mais concreta e melhor compreensão das especificidades de cada nação, far-se-á, primeiramente, uma exposição do List no item 1.2, que faz um trabalho pioneiro sobre sistema econômico nacional. Essa idéia será fundamental para esse trabalho, uma vez que ele se ancorará no conceito de industrialização como conjugação das forças produtivas, desenvolvida por esse autor.

No item 1.3 mostrar-se-á a visão da CEPAL, que traz essa discussão, iniciada por List, para os países subdesenvolvidos, mostrando o caráter necessário que a industrialização tem para os mesmos. Essa corrente teórica teve grande contribuição para a análise da realidade dos países latino-americanos e das suas especificidades. Por fim, far-se-á uma compilação dessas idéias num tópico à parte.

1.1 - O papel central da grande indústria no capitalismo

Marx, em sua célebre obra, O Capital (c1857), mostra como o capitalismo se constituiu como forma social dominante diante de especificidades históricas que propiciaram o seu aparecimento. Nesse sistema, a lógica que o rege é a busca sem precedentes pela valorização

do capital, convertendo o processo de produção no próprio processo do capital. O valor de uso passa, então, a ser submetido ao valor de troca, e o capitalista apenas produz com a premissa de que isso lhe aufera algum lucro. Para ele, a produção de coisas úteis para a sociedade não passa de uma mera necessidade, importando apenas o valor de troca que está presente nessa mercadoria. Sobre isso, Marx conclui:

Ele [o capitalista] quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto do que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para os quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só um valor de uso, mas valor e não só valor, mas mais-valia (MARX, c1857, p.305).

Dessa forma, a dinâmica do capitalismo segue um ciclo, iniciado pela inversão do capitalista de certa soma de dinheiro (D), o capital inicial. Esse capital financia a produção e transforma os meios utilizados (M) - as matérias-primas, a força de trabalho, os instrumentos de trabalho, etc. - em mercadoria (M'). Daí segue a mercadoria transformada para o processo de circulação, a esfera onde a mercadoria opera ou se realiza como valor de troca. Ao fim desse processo, o dinheiro (D) investido inicialmente transforma-se em mais dinheiro (D'), completando o ciclo D-M-M'-D'. Esse processo se repete ad infinitum e, em escala crescente. "Neste movimento, o capital se transforma num sujeito autônomo, sujeito em processo, que é o movimento autonomizado e que, assim, pode se impor à sociedade como força social dominante". (TEIXEIRA, 2000, p.209).

A parcela do capital que se valoriza nesse ciclo se refere à mais-valia, e advém do processo de produção, no qual o trabalhador recebe como equivalente de sua força de trabalho um valor abaixo do que produz. Essa parcela de trabalho que não é paga ao trabalhador é apropriada pelo capitalista, transformando, assim, o seu capital inicial em "mais valor".

Desse modo, evidencia-se uma mudança essencial no processo de trabalho, que passa a ser, simplesmente, "instrumento do processo de valorização, do processo da autovalorização do capital: da criação de mais-valia" (MARX, 2004, p.87). É essa lógica que Marx chama de subsunção formal do trabalho no capital, na qual o trabalhador sai do processo tal como entrou e, o capital sai transformado, com um valor acrescido em relação ao início, decorrente da exploração do trabalho alheio.

O capital além de produzir ele próprio é produzido e sai do processo produtivo essencialmente diferente de quando nele entrou. Por um lado, o capital dá forma ao modo de produção; por outro, esta forma modificada do modo de produção e certo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais constituem a base e a condição – a premissa – do seu desenvolvimento. (MARX, 2004, p. 138).

Como o objetivo máximo do capitalista é a valorização do seu capital, ele está sempre em busca do aumento da parcela de trabalho não pago, e para alcançar isso ele se utiliza de duas formas: a elevação da jornada de trabalho, a mais-valia absoluta; e/ou a diminuição do tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias, referente à mais-valia relativa - precisa afetar os meios de subsistência para que o valor da força de trabalho decaia, e como consequência aumente a parcela de trabalho não-pago.

Marx afirma que ambas apresentam limites, no entanto na forma absoluta isso se verifica de maneira mais exacerbada, uma vez que alcançado certos níveis, a elevação da jornada de trabalho esbarra na capacidade física do trabalhador, afetando a sua saúde e impossibilitando que o mesmo continue no processo de trabalho. Além disso, há um limite político, que diz respeito ao nível de desenvolvimento da luta de classes - uma classe trabalhadora com um potencial reivindicatório maior tende a operar em jornadas menores. Na mesma linha, há o imperativo Estatal que fixa uma jornada nominal máxima, impedindo a extensão do tempo de trabalho a certos níveis. Todos esses fatores aparecem como limitador da elevação absoluta da jornada de trabalho.

A mais-valia relativa, em contrapartida, tem sua elevação no aumento da produtividade do trabalho, que decorre da inovação tecnológica, dos métodos de produção, além da intensificação do trabalho – com a diminuição dos “tempos mortos” e o aumento da velocidade do trabalho decorrentes do novo modo de produção. Como dito anteriormente, a forma relativa também apresenta um limitador no seu aumento, porém muito mais ameno.

Destarte, a mais-valia relativa aparece como o melhor modo de aumentar a parcela de trabalho não-pago, e conseqüentemente, de valorização do capital. Diante disso, “com a produção de mais-valia relativa se modificam toda a forma do modo de produção e surge um modo de produção especificamente capitalista” (MARX, 2004, p.92). Esse modo de apropriação do trabalho alheio abre a possibilidade da subsunção real do trabalho no capital, e com ela, efetua-se

uma revolução total no modo de produção, na produtividade do trabalho e na relação entre capitalista e operário - passando esse a ser um mero “meio de produção” do capitalista, porém fundamental.

Ora, se a mais-valia relativa é o modo tipicamente capitalista de apropriação do trabalho alheio, a melhor forma que o capitalista possui para valorizar o seu capital, tinha-se como necessidade, para a constituição plena desse sistema, que a mesma constituísse o modo dominante de extração do trabalho não pago. Para isso vir à tona, necessitava-se a evolução máxima da maquinaria - uma vez que a máquina é o meio mais poderoso de elevação da produtividade (MARX, c1857), causador, em última instância, da mais-valia relativa. E isso só se tornou possível com o desenvolvimento da grande indústria.

Isso acontece assim, pois, nos períodos precedentes - a fase da cooperação e também da manufatura – se apresentavam limites à expansão do capital. Dessa maneira, apesar de no estágio manufatureiro se operarem transformações no processo de trabalho que o tornaram mais adequados à valorização do capital em relação à cooperação, essas ainda não foram suficientes para que o capital se tornasse sujeito autônomo. “E não o é, porque, na manufatura, é a base material que domina a forma social” (TEIXEIRA, 2000, p.208), ou seja, as destrezas do trabalhador ainda são as bases do processo, não podendo o capital se expandir independentemente da vontade do trabalhador. Além desse caráter subjetivo, o fato da base material ainda dominar a dinâmica do processo torna a estrutura do mercado de trabalho extremamente rígida, impedindo o controle da folha salarial – e, portanto, da elevação da mais valia. Isso também impacta na expansão do mercado, uma vez que a produção de grande parte do capital constante se realiza sob a forma de valor de uso e não de mercadorias, de valores de troca (TEIXEIRA, 2000).

Desse modo, o capital se vê obrigado a revolucionar a base material herdada da manufatura, para assim, poder se impor como sujeito autônomo e como força social dominante. Com tal revolução surge a grande indústria, promovendo a produção de máquinas pelas próprias máquinas, e permitindo ao capitalista a elevação sem precedentes da produtividade. E mais, essa nova fase propiciou ao capital

(...) se impor como sujeito autônomo frente ao trabalho, pois esta forma de produção de mercadorias opera uma completa dessubjetivação do processo de trabalho, pois, nela, são os meios de produção que empregam o trabalhador e não o contrário, como ocorria na cooperação simples e na manufatura (TEIXEIRA, 2000, p.210).

A partir daí, a produção de mercadorias pôde se tornar uma produção de grande escala, uma vez que “no modo de produção capitalista plenamente constituído, o próprio movimento que transforma mais-valia em capital resultará em expansão de mercado para os produtos da grande indústria”. (OLIVEIRA, 1977, p.25). A grande indústria, dessa forma, torna o capital o sujeito do processo, invertendo a relação de causalidade ocorrida outrora, na qual o capital dependia do mercado. Essa, portanto, “é uma produção que não está ligada a limitações predeterminadas e predeterminantes das necessidades. Este é um dos aspectos que distinguem esta produção do modo de produção precedente” (MARX, 2004, p.107).

É por esse motivo que a grande indústria é o modo de produção mais adequado ao capital, sendo o setor dinâmico do sistema e propulsor do desenvolvimento dos demais segmentos das economias capitalistas. Isso porque é apenas com essa construção histórica que se propiciou a subsunção real do trabalho ao capital, mas acima de tudo, “porque é a partir de então que o mundo se converte numa grande feira comercial, à medida que o capital se desenvolve e cria seus próprios mercados de trabalho e de mercadorias em geral” (TEIXEIRA, 2000, p.212).

1.2 – Sistema Econômico Nacional

Como citado no início do capítulo, a formulação do Marx se trata de uma análise abstrata do desenvolvimento e funcionamento do sistema capitalista, não mostrando as especificidades de uma determinada nação. Esse item tem como função analisar as nações em si e suas relações com o sistema econômico mundial, e como a industrialização é fundamental para o desenvolvimento de um país. No entanto, não é qualquer industrialização, e sim uma indústria que possibilita a formação de um sistema econômico nacional.

Essa idéia de sistema econômico nacional surgiu, primeiramente, com Friedrich List, autor alemão do fim do século XVIII, que dialogava com a escola dominante, da qual faziam parte Adam Smith e Jean Baptiste Say. List rebateu as idéias dos clássicos de que o livre-mercado

e a especialização em poucos produtos fossem benéficos para todos os países, além de discordar desses autores em relação ao papel do Estado, considerado ineficaz por eles.

Para List, os clássicos cometem esses erros pois consideram que a economia privada é a mesma coisa que a economia nacional. No entanto, isso não é verdade, porque o alfaiate não é o mesmo que uma nação; uma família é algo diferente de uma comunidade de milhões de famílias, etc. Além do mais, algo que é inofensivo e vantajoso no intercâmbio geral com o mundo, pode ser, em contrapartida, perigoso e pernicioso para o comércio interno de uma determinada nação (LIST, c1841, p.117).

Assim, o ponto de partida da análise de List é compreender que existe um sistema mundial integrado, mas que é formado por diversas nações que possuem interesses próprios e suas próprias especificidades. Dessa maneira, ele mostra que não se pode usar o argumento de que o livre mercado leva o melhor para todos, pois o mundo não é regido por uma nação universal, para a humanidade como um todo, e sim por diversas nações.

A partir dessa diferenciação, entre economia política e economia privada, List indaga que as nações devem fomentar a criação de suas forças produtivas para alcançarem o desenvolvimento. Isso porque as forças produtivas da riqueza de um país são muito mais importantes do que a própria riqueza em si, uma vez que elas garantem um crescimento futuro, assegurando a posse e o aumento do que se ganhou além da substituição daquilo que se perdeu. Desse modo, “a prosperidade de uma nação não aumenta, como acredita Say, na proporção em que esta acumulou mais riqueza (isto é, valores de troca), mas na proporção em que mais desenvolveu suas forças produtivas” (LIST, c1841, p.103).

E o desenvolvimento dessas forças produtivas deve ser pautado em cima do setor manufatureiro, uma vez que esse é qualitativamente superior ao agrícola. A razão dessa superioridade advém do caráter dinâmico que a indústria possui, influenciando, tanto diretamente como indiretamente, os outros setores a níveis muito maiores do que a agricultura. Assim, a indústria, além de se auto-reproduzir, gera mercados para os outros segmentos, permitindo o desenvolvimento conjunto da economia.

CAPÍTULO 2. - DESINDUSTRIALIZAÇÃO

Agora que a pesquisa já possui um aparato teórico para o seu desenvolvimento, isto é, contém uma conceituação de industrialização que permitirá dialogar com a situação atual da estrutura produtiva brasileira e assim concluir se o país passa por um processo de desindustrialização, esse presente capítulo mostrará alguns dados empíricos que fornecerão a base para tal constatação.

Contudo, antes da análise empírica se fará uma contextualização histórica, para que se possa compreender melhor como esse processo se desenvolveu no Brasil, além de dar sustentação para uma comparação com outros países subdesenvolvidos, mostrando as semelhanças e diferenças para com esses países.

2.1 - Contexto histórico

O contexto geopolítico do pós-guerra propiciou um período atípico do sistema capitalista que ficou conhecido como a “Era de Ouro”. Observou-se nesses anos um forte crescimento global, relativa estabilidade nas relações internacionais e grandes diminuições nas desigualdades de renda, sobretudo nos países desenvolvidos. Tal configuração só foi possível de ser engendrada graças à estratégia estadunidense de conter o avanço da “onda” socialista, que sob a égide da União Soviética se expandia em áreas consideradas de vital importância e influência para o fortalecimento da hegemonia dos Estados Unidos.

Desse modo, os Estados Unidos patrocinaram a reestruturação da Europa Ocidental e também do Japão com maciças ajudas diretas do seu governo a esses países. Além dessas ajudas, outro fator de crucial importância para esse processo foi a alta liquidez mundial permitida através da abertura do mercado dos Estados Unidos às importações desses países e os altos investimentos diretos das grandes empresas estadunidenses. (SARTI et al, 2010, p. 4).

É sob esse contexto que surge o processo de transnacionalização do capital, no qual segue um movimento de afirmação dos Estados Unidos como país hegemônico.

De um lado, consolida-se sua preeminência econômica, baseada na grande empresa. De

outro lado, a preeminência político militar. No entender de Furtado, a globalização nada mais é que o resultado da projeção transnacional do capitalismo americano, possibilitada a partir das condições econômicas e políticas postas pelo desfecho da segunda grande guerra (HADLER, 2010, p.63).

Esse processo se desenvolveu através da brutal concentração do poder econômico em poucas empresas estadunidenses, que em busca de novas frentes para a valorização do seu capital expandiram-se para os países da Europa e do Japão, que apresentavam taxas de crescimento superiores as dos Estados Unidos devido ao processo de reconstrução. Paralelamente a esse movimento, as grandes corporações européias e japonesas apresentaram condições de reação, criando assim um cenário de alta competitividade e rivalidades oligopolistas, que ultrapassaram as fronteiras nacionais (SARTI et al, 2010, p.5).

Porém, esse cenário ocorreu apenas no lado econômico, não se verificando o mesmo desenvolvimento na área política, isto é, observou-se um grande aumento nas relações financeiras, com a extrapolação das fronteiras nacionais, mas sem o surgimento de um poder centralizador que comandasse tais relações. Essa discrepância entre economia e política no âmbito mundial oriundas dessa nova fase de globalização, facilitou a transnacionalização do capital, uma vez que inviabilizou a contenção das tendências intrínsecas ao sistema capitalista como a instabilidade, a concentração e divisão entre países centrais desenvolvidos e os periféricos (HADLER, 2009).

O primeiro grande impacto dessa tremenda expansão financeira e de liquidez internacional “foi a ruptura do padrão dólar-ouro, seguida da proliferação dos regimes de cambio flutuante, o que abriu novas fronteiras para a atividade especulativa, intensificando sobremaneira as operações do sistema financeiro global e o montante do capital que movimenta” (HADLER, 2009, p.70). Essa crise do dólar enquanto moeda pivô do sistema internacional e da alta desregulamentação financeira ensejou uma forte expansão do euromercado. “Este mercado-livre de crédito internacional – alimentado pela maciça oferta de petrodólares após 1973 – ganhou forte poder de gravitação, caracterizando uma nova fase de integração da economia mundial” (COUTINHO, 1997, p.83).

A partir desse momento, no qual os grandes grupos bancários e as grandes empresas passam a comandar a lógica do sistema, cria-se um ambiente de profunda instabilidade, em que

essas instituições se colocaram acima das forças sociais internas desses países e, portanto, dos interesses nacionais. Isso acarretou uma perda de governabilidade dos Estados nacionais, o que, de acordo com Furtado, tratou-se de uma desarticulação dos centros internos de decisão (HADLER, 2009).

É diante desse contexto, de colapso do sistema de Bretton Woods e do estado de bem-estar social, e de intensificação da globalização, que o capital transnacionalizado passa a ser predominante no cenário internacional, no qual as empresas transnacionais e as instituições financeiras supranacionais ditam a dinâmica do sistema, organizando seu processo de valorização em escala mundial, e em boa medida libertando-se das instâncias políticas (HADLER, 2009). Nessa fase de consolidação do capital transnacional mantém-se a necessidade de angariar novos mercados externos, mas o objetivo se torna mais amplo, buscando-se a formação de um circuito global de valorização do capital e a conseqüente diminuição dos custos de produção através de novas oportunidades nos países subdesenvolvidos.

O processo de produção passou, então, a ocorrer na forma de uma rede internacional, integrando diferentes países e empresas, e realizando etapas da cadeia de valor sob a coordenação das grandes corporações. Cabe ressaltar, que apesar da grande descentralização produtiva por detrás desse processo, observou-se, paralelamente, uma forte concentração nessas grandes corporações (SARTI et al, 2010).

Com tal reestruturação produtiva, os países subdesenvolvidos passam a ter crescente participação na produção e no comércio externo de bens manufaturados, perfazendo um terço do comércio mundial desses produtos em fins dos anos 1990, ante menos de um quarto na década de 1970. A importância desses dados se majora quando se observa dentro desse crescimento parcela muito importante dos produtos manufaturados de alta capacidade tecnológica, como transistores, condutores, computadores, equipamentos elétricos, entre outros (AKYUS, 2005).

Entretanto, essas transformações não apresentam uma mudança qualitativa para esses países, uma vez que essa crescente participação na produção e no comércio internacional de manufaturados representa uma etapa do processo de produção nesse movimento de transnacionalização do capital. E a parte destinada a esses países se refere, na sua maior parte,

apenas ao processo de montagem, utilizando em tal produção peças e componentes de elevado conteúdo tecnológico importado dos países desenvolvidos. Dessa forma, o valor agregado a esses produtos estão quase que inteiramente nos países centrais, circunscrevendo a esses países os efeitos positivos dessa produção.

Cerca de três quartos do aumento da participação dos países em desenvolvimento nas exportações mundiais de produtos manufaturados ocorreram nos três setores em que as redes internacionais de produção mais se expandiram nos últimos anos. Nessas redes, principalmente no setor eletrônico e automobilístico, a maior parte do conteúdo tecnológico e as qualificações estão incorporadas nas peças e componentes importados, e uma grande fração do valor agregado se reverte em benefício dos fabricantes nos países mais avançados onde tais itens são produzidos e das empresas transnacionais envolvidas (as montadoras). A participação dos países em desenvolvimento no valor agregado é definida pelo custo do recurso mais fraco e menos escasso, a saber, a mão de obra não qualificada ou semi-especializada, enquanto os ganhos com os elementos escassos mais internacionalmente móveis, tais como capital, gestão e know-how, são colhidos pelos proprietários estrangeiros. (AKYUS, 2005, p.44)

A consequência dessa inserção em fases que não apresentam criação de valor agregado fez com que o crescimento dos bens manufaturados pelos países subdesenvolvidos ficasse restrito a órbita do comércio exterior, não sendo transplantados para a elevação mais consistente e estável nos seus respectivos Produto Interno Bruto (PIB), a exceção de alguns países asiáticos. Com isso, a proporção das exportações de manufaturados em relação ao PIB na média desses países se elevou consideravelmente, mas o valor agregado da indústria não logrou a mesma ascensão. Assim, enquanto a participação dos países subdesenvolvidos nas exportações mundiais de manufaturados subiu de 20% para 30% entre 1980 e 2000, sua participação no valor agregado dos manufaturados mundiais caiu na realidade de 35% para 27% (UNCTAD, 2004).

Ademais, esse processo foi muito assimétrico, cabendo basicamente aos países do leste asiático a maior parcela desse crescimento. Os países latino-americanos adentraram nessa nova fase do capitalismo mundial de maneira extremamente adversa. Ao contrário da trajetória histórica anterior, que havia criado recorrentes oportunidades de avanço para esses países, “as grandes transformações tecnológicas e organizacionais e a integração restrita da economia mundial – nos anos 80 - afetara o Brasil e a América Latina de forma multiplamente desfavorável” (COUTINHO, 1997, p.84).

A crise da dívida externa dos anos 1980 oriunda, em grande medida, pela abusiva elevação da taxa de juros americana entre 1979 e 1982, ajuda na compreensão dessa nova

inserção brasileira no cenário mundial, em que o país foi marginalizado do circuito de crédito internacional, segregando a sua economia do mercado financeiro mundial por cerca de uma década. Essa década marca uma forte inflexão do crescimento econômico do Brasil, numa economia compelida a transferir recursos para o exterior (CARNEIRO, 2008). Isso porque a política econômica adotada privilegiava a geração de superávits comerciais a fim de enfrentar a retração das fontes externas de financiamento, estabelecendo como prioridades a contenção de importações e o incentivo às exportações.

As novas tendências do capitalismo transnacional, portanto, acometeram o Brasil por uma submissão da política econômica ao pressionamento do capital internacional para que o país reciclasse a sua dívida externa, “bem como pelo apoio incondicional oferecido aos movimentos do grande capital de fuga para a liquidez e de busca de mercados externos – expedientes utilizados para mitigar as incertezas provocadas pela exaustão do padrão de acumulação” (SAMPAIO, Jr, 2007, p.149). Diante disso, o mesmo autor conclui:

Premido pela urgência de administrar a extrema instabilidade da economia, o Estado brasileiro não articulou um plano de reorganização produtiva. A renegociação da dívida externa não significou a superação do estrangulamento cambial e o ajuste privado não teve como contrapartida um aumento da competitividade dinâmica da economia brasileira. Por isso, ainda que a estratégia de protelar o enfrentamento dos problemas colocados pelo novo contexto internacional tenha evitado a hiperinflação aberta, ela só agravou a obsolescência do parque produtivo. Mais do que isso. Ao preservar os vínculos financeiros dos credores externos com os mutuários internos, particularmente com as unidades de gasto do setor público, a reciclagem da dívida externa reforçou de maneira extraordinária a influência da comunidade financeira internacional sobre os rumos da política econômica brasileira. Ao cancelar o ajuste privado em direção a ativos financeiros e às exportações, a política econômica provocou o encilhamento financeiro do setor público (SAMPAIO Jr, 2007, p.150).

A falta de perspectiva de retomada ao ciclo de crédito e financiamento externo, o crescente aumento da dívida pública e encurtamento dos prazos de vencimento da mesma, caracterizaram o final da década de 1980 e com isso deflagraram a forte dependência estrutural do Estado brasileiro que se viu sem instrumentos para romper com esse ciclo vicioso. “O agravamento da incerteza estrutural e a extrema fragilidade do setor público diminuíram dramaticamente o raio de manobra do Estado para continuar resistindo ao impacto desagregador do novo padrão de concorrência intercapitalista sobre o parque industrial brasileiro” (SAMPAIO Jr, p.151).

É a partir dessa configuração que surge a inflexão da política econômica brasileira com a entrada no ideal então dominante no mundo, o neoliberalismo. Assim, seguindo os aparatos do Consenso de Washington a política econômica brasileira se ajustou às exigências da mundialização do capital, perfazendo toda a sua política econômica nesse sentido. Vê-se nesse período a intensificação da abertura econômica e da liberalização financeira, acompanhado de um forte processo de privatizações e também de desnacionalizações das empresas estatais.

A submissão aos padrões dominantes permitiu a volta ao ciclo financeiro global, que impulsionado pela recessão dos países desenvolvidos no início da década de 1990, buscavam alternativas de valorização do capital e encontraram nos países subdesenvolvidos uma fuga para a sua especulação (COUTINHO, 1997). Com isso, os países que adotaram as prescrições liberalizantes receberam uma enxurrada de capitais externos, tornando-os extremamente vulneráveis as vicissitudes intrínsecas ao sistema capitalista e deflagrando nesses países um processo, que Coutinho (1997) denominou, de especialização regressiva.

2.2 – Participação industrial

O Brasil apresentou um longo período de elevado crescimento econômico, na fase que ficou conhecida como desenvolvimentista. A base de sustentação desse modelo foi o setor industrial, que logrou uma considerável diversificação do seu parque produtivo conseguindo internalizar, inclusive, o setor de bens de produção. Assim, a participação industrial brasileira, que no início dos anos 1950 era de menos de 20% alcançou nos anos 1980 a marca dos 35%. Apesar de todas as debilidades que tinham por de trás dessa industrialização, devido ao modo como foi engendrada, em que se manteve a dependência ao capital internacional, o Brasil passou a ser um dos países mais industrializados fora do eixo central.

Entretanto, como apontado no item anterior, a inserção brasileira na fase de transnacionalização do capital muda esse panorama, fazendo com que essa dinâmica baseada na indústria se desmoronasse. A crise da dívida na década de 1980 marca essa inflexão, com o setor industrial apresentando medíocres taxas de crescimento, sendo negativas em muitos anos, e iniciando o processo de perda de participação industrial em relação ao PIB. A predominância da ideologia neoliberal e as conseqüentes políticas econômicas adotadas no país a partir dos anos